



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
**Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Ofº nº 245/MAP - 12 Janeiro 10

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

**S/referência**

**S/comunicação de**

**N/referência**

**Data**

**ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 569/XI/1ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício nº174, de 11 do corrente, do Gabinete do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

SMM

*Ministério dos Negócios Estrangeiros*  
*Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*

000174

Lisboa, 11 de Janeiro de 2010

Exmo Senhor  
Dr. André Miranda  
Chefe do Gabinete de  
S.Ex<sup>a</sup> o Ministro dos Assuntos Parlamentares

**Assunto: Pergunta n.º 569/XI/1<sup>a</sup>, de 14 de Dezembro de 2009**

Encarrega-me S. Ex<sup>a</sup> o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta em epígrafe, informar que:

1. O Governo condenou o golpe de Estado que ocorreu nas Honduras no dia 28 de Junho de 2009, assim como as subseqüentes violações dos direitos humanos no país, tendo apoiado as diversas resoluções adoptadas internacionalmente sobre este tema. É de destacar que, como Presidência da Comunidade das Democracias, Portugal fez adoptar, a 12 de Julho de 2009, em Lisboa, uma declaração sobre a situação nas Honduras, pela qual se condenou o golpe de Estado, as violações dos direitos humanos e se apelou à necessidade do retorno à normalidade constitucional. Deverá ser também referido o apoio à mediação do Presidente da Costa Rica, numa primeira fase, e ao Acordo de Tegucigalpa/S. José, assinado posteriormente a 30 de Outubro de 2009.
2. Foi adoptado, na XIX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos, no Estoril, um "Comunicado Especial da Presidência sobre a Situação nas Honduras". Este Comunicado, cuja complexa negociação, mediada por Portugal, conseguiu reunir o consenso dos países ibero-americanos. Nele é clara, entre outros aspectos, a condenação do golpe de Estado de 28 de Junho e da violação dos direitos e liberdades fundamentais do povo hondurenho. No Comunicado é ainda considerado que o retorno do Presidente Zelaya ao cargo, para cumprimento do período constitucional para que foi eleito, é um passo fundamental para o regresso à normalidade constitucional. É, igualmente, expressa a vontade dos países ibero-americanos em contribuir para a procura de uma solução e reiterado o compromisso de defesa dos princípios democráticos do espaço ibero-americano. De sublinhar, contudo, que no dia 2 de Dezembro, em conformidade com o Acordo de Tegucigalpa/S. José, o Congresso das Honduras se pronunciou por grande maioria contra o regresso de Manuel Zelaya Rosales ao cargo de Presidente.
3. Para a resolução da situação nas Honduras o Governo considera muito importante encorajar o regresso do país à normalidade constitucional e democrática; neste contexto, as eleições que decorreram a 29 de Novembro poderão ser um passo fundamental para o estabelecimento de um diálogo nacional, para a estabilização do país e para o processo de integração e desenvolvimento regional. Apesar de não ter sido estabelecido o Governo de unidade nacional previamente ao acto eleitoral,

*Ministério dos Negócios Estrangeiros*  
*Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros*

conforme previsto no Acordo de Tegucigalpa/S. José, a marcação daquele antecedeu o início da crise, os candidatos já eram conhecidos e o sufrágio decorreu sem incidentes, tendo registado uma afluência às urnas (60% do eleitorado) superior à da anterior eleição presidencial. Estes factos não deverão ser ignorados, até pelo seu eventual significado como expressão do desejo do povo hondurenho em ultrapassar a crise que afecta o país. É também de assinalar a vontade expressa do candidato vencedor, Porfírio Lobo, de promover a conciliação e estabelecer um Governo o mais abrangente possível.

4. A Declaração da União Europeia, emitida a 1 de Dezembro de 2009, toma nota da realização de eleições num enquadramento fora do normal e reconhece que podem ser um passo para a resolução da crise; foi apoiada por Portugal pelos argumentos já expostos no ponto anterior e por se reconhecer que, neste momento, a questão mais importante que deverá ser objecto dos nossos esforços é a da normalização da situação nas Honduras.

Com os melhores cumprimentos, *am. j. r.*

O Chefe do Gabinete

*Francisco R. de Menezes*

(Francisco Ribeiro de Menezes)